

memória CULT

Ouro Preto - MG - Brasil - Ano VI - nº18 - julho de 2016



Salinas - Uma história com todos os encantos

por Manoel Hygino



Museus em Rede

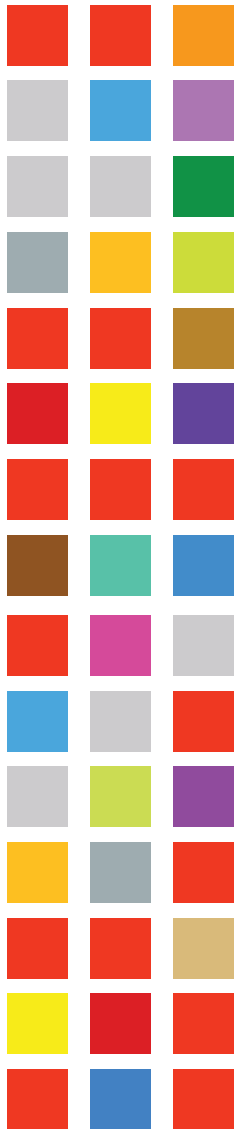
por Gilson Nunes



Entrevista:

Elizabeth Rennó, primeira mulher presidente da centenária Academia Mineira de Letras

A Assembleia de Minas ouve cada um para fazer leis com a cara de todos.



A Assembleia Legislativa quer incentivar os mineiros a participar da elaboração das leis e das políticas públicas do nosso estado. Os fóruns técnicos de educação e de cultura, que vão subsidiar os planos estaduais desses setores, foram bons exemplos de iniciativa parlamentar com ampla participação. Por meio de debates e propostas, os mineiros de todas as regiões deram sua contribuição. É dessa forma que a sociedade interfere nos projetos de lei que passam pelo Legislativo. Assembleia de Minas, cada vez mais o poder e a voz do cidadão.

Saiba mais em: www.almg.gov.br



[/assembleiademinas](https://www.facebook.com/assembleiademinas)



[assembleiamg](https://twitter.com/assembleiamg)



ALMG



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**

Poder e Voz do Cidadão

Envolta em novidades, chega o número 18 desta Memória CULT. A primeira, a entrevista da acadêmica Elisabeth Rennó, recém empossada como primeira presidente mulher da vetusta casa de Alphonsus Guimaraens e Vivaldi Moreira, a centenária Academia Mineira de Letras. Outra, o lançamento dos três volumes do importante livro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais “Comarcas de Minas”, agora sob a presidência do desembargador nascido na histórica cidade de Conceição do Mato Dentro, Herbert Carneiro. Outras tantas boas novas se juntam a essas, tornando este número mais um referencial de história e cultura.

Mais adiante, nos deparamos com a poética de Ivanise Junqueira que ilumina nosso ambiente moderno, tão carente de luz e sensibilidade. Seguindo pelo mesmo itinerário, encontramos uma rede de museus, no embasado texto de Gilson Antônio Nunes, onde também se destaca o Sistema de Museus de Ouro Preto. Bom conhecer e constatar o projeto social e cidadão desenvolvido pelo grupo Nevestones, do Leste Mineiro, lapidando pessoas e pedras e fazendo nossa sociedade mais bonita e preciosa. Antes de parar em Salinas, no artigo de Manoel Hygino, e degustar as saborosas iguarias daquela emblemática cidade do norte mineiro, damos uma parada no Instituto Cultural Amilcar Martins para conhecer a enigmática Lagoa Santa e um pouco de sua história, em análise de obra rara da professora Vera Alice.

Ainda nesta edição, encontramos o condensado texto de sua palestra em São Lourenço, no qual J. Afrânio Vilela fala sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, nos mostrando que o futuro do planeta passa por esse umbral. Finalizando, nos deparamos, no artigo de Marcos Paulo de Souza Miranda, com uma triste realidade de nosso tempo, o comércio ilícito de artes sacras em Minas Gerais que, a cada dia, deixa mais pobres de nós mesmo. Uma pena!

Paralelamente, a cada semana, um novo lançamento no portal **memoriacult.com** referenciando artigos de edições da revista. Vale a pena conhecer e acompanhar.

Assim, a Memória CULT apresenta esta edição com os votos de uma boa leitura a todos.



Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi o Superintendente em MG de 1998 a 2011.

Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



Fotografia: Acervo do autor



22 **Salinas - Uma história com todos os encantos**
por Manoel Hygino

04 **Página do Artista**
Ofélia Torres

09 **Luz no Ambiente**
por Ivanise Junqueira

16 **Comarcas de Minas**
A história da justiça em Minas Gerais

Fotografia: Dimas Guedes



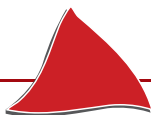
12 **Museus em Rede: Sistema de Museus no Brasil, em Minas Gerais e em Ouro Preto, experiências nas três esferas de governo**
por Gilson Nunes

18 **Lapidar-se é precioso**
um projeto ambicioso

20 **Obra rara: ICAM**
por Vera Alice Cardoso da Silva

27 **Desenvolvimento Sustentável**
por J. Afrânio Vilela

31 **O comércio ilícito de artes sacras em Minas Gerais**
por Marcos Paulo de Souza Miranda



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com. A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Agradeço a Revista Memória CULT, contendo matérias sobre os Autos de Devassa e do Painel de Portinari: excelente publicação! Abraço,

Lafayette de Andrada
Deputado Estadual

Com cordiais saudações, cumprimento-o pela 17ª edição da Revista Memória CULT, com foco especial na Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço 2016 e seus eventos, reafirmando a importância estadual e nacional desta progressiva cidade do Sul de Minas, que está na vanguarda da proteção e materialização dos direitos fundamentais.

Ao ensejo, registro minha satisfação e honra pela homenagem recebida e participação no 2º Seminário “Olhar Jurídico sobre o Meio Ambiente”.

Atenciosamente,

Desembargador Maurício Soares
Presidente da Amagis

A Memória Cult virtual era desejo de seus numerosos leitores/admiradores. Acesso fácil e rápido. É a revista que mais se aprofunda na verdade da cultura, especialmente a deste “Torrão Mineiro”. Ela trata e preserva fatos importantes de nossa sociedade, numa imersão na história boa e contada com propriedade. Maravilhosa, desde a capa, e até o último conteúdo. Parabéns a equipe, cuja excelência é reconhecida, sempre. Somente um historiador como Eugenio Ferraz, lapidador de talentos como poucos, sabe valorizar a história e a cultura, e, ao tempo, ser um inovador, disponibilizando a Cult, virtualmente para acompanhar a evolução da sociedade. Parabéns!

Desembargador J. Afrânio Vilela

ÚLTIMA EDIÇÃO



O número 17, da Memória **CULT**, foi uma edição especial sobre a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, MG, com a cobertura completa de todos os eventos e agradecimento.

EXPEDIENTE **memória** **CULT** memoriacult.com

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano VI - nº17 - maio de 2016

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto das esculturas da capa | Raphael Simões

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.



Artista da capa

Ofélia Torres

Artista plástica há várias décadas quando em seu atelier MUNA, executava obras em pinturas e recyclarate sempre buscando uma ponte entre o imaginário, a poética, a música e o cotidiano.

Algumas exposições:

XXIX Intercâmbio Cultural Brasil x Itália, 8 a 15 de maio de 2010, Centro Artístico e Cultural da Galeria La Pigna Palácio do Vicariato Roma Itália / Ofélia Torres: Circuito Histórico Casa dos Contos de Ouro Preto (2010) / XI Salão de Artes Plásticas Elisabeth Kinga Abd e Museu Militar Conde de Linhares / 7º Salão de Artes da ABMA, Academia Brasileira do Meio Ambiente (2010) / IV Salão de Artes Plásticas ABD - Associação Brasileira de Desenho e Artes Plásticas - Forte Copacabana Rio de Janeiro (2010) / Cem Mona Lisas, com Mona Lisa - Palácio das Artes- Belo Horizonte / Cem Mona

Lisas, com Mona Lisa - Câmara dos Deputados – Brasília, DF / Cem Mona Lisas, com Mona Lisa - Casa dos Contos de Ouro Preto / XXVI Salão Oficial Fluminense de Belas Artes – AFBA – Coletiva (2009) / Ofélia Torres pinta a cidade de Tiradentes - Galeria Oscar Araripe Tiradentes (2009) / Tronos da Arte Contemporânea - Casa dos Contos de Ouro Preto Coletiva (2009) / Poetas Visuais - Banco Real - ABN AMRO (2007)

Principais premiações

Medalha de Ouro pelo conjunto de esculturas - ABD 2010 - Forte Copacabana, RJ / Honrosa Pintura Natureza Morta com Frutas - Clube Militar – Rio de Janeiro, RJ (2009) / Medalha mérito cultural belas artes - AFBA Niterói, RJ - (2009) / Medalha de Prata - Pintura Navegar é Preciso – XXVI Salão Oficial Fluminense de Belas Artes – AFBA (2009)

Fotografias: Acervo da artista



Auto retrato da artista



Tu pisavas os astros



Escultura moça deitada na grama

- Na capa: a força da simbologia das esculturas da artista que representam ícones da nossa história: Izidoro Mártir, Aleijadinho, Chico Rei e Athaide, homenageando as cidades históricas de Diamantina, Ouro Preto e Mariana.

www.ofeliatorres.com.br



Uma vida em sentimentos e palavras

Fotografia: João Batista Moura

Petrônio Souza Gonçalves*



Entrevista com a presidente da Academia Mineira de Letras, a poetisa Elisabeth Rennó

As letras sempre fizeram parte de sua vida. A leitura - um bem cultural familiar - foi sua companheira inseparável, desde quando bem menina ficava imaginando mundos traduzidos nas páginas dos livros que lia sentada debruçada na janela do tempo, lá pelas bandas do Sul de Minas, nas terras dos cafezais da Mantiqueira, onde as montanhas choram vida; água em abundância. Com sua conduta prussiana, descobriu o mundo acadêmico tardiamente, quando prestou vestibular para o curso de Letras na Universidade Católica de Minas Gerais, em 1976.



Vida

*Amanheço rosas
E respiro antúrios
Percebo dália
E aspiro lírios*

*Resplandeco violetas
E miosótis azuis
Ao bordejar canteiros
De amores-perfeitos*

*Perpétuas marcas
De cravos róseos
Solidários crisântemos
Encastoados verdes*

*Anoiteço gestas
De fúnebre tom
Sufoco agapantos
Sopro delírios malmequeres.*

Nasceu Elisabeth Fernandes Rennó, em Silvestre Ferraz, atual Carmo de Minas, extremo Sul das Gerais, ao pé do caminho velho da Estrada Real. O pai era político, José Remuzah Rennó, que chegou a ser deputado estadual constituinte em Minas Gerais. A mãe, Olga Fernandes Rennó, uma literata dedicada, declamadora e cultora da literatura portuguesa.

No ano de 2016 foi eleita presidente da Academia Mineira de Letras. Dias depois da posse, ocorrida em uma noite de sábado de junho, ela revelou à Memória CULT que “ocupar a Presidência da Academia Mineira de Letras, após 107 anos de sua fundação, é uma grande responsabilidade e um desafio para quem assume o processo de ascensão da mulher. Pretendo exercer este ofício honroso e espinhoso com a disposição de, guiada pelo Espírito Santo, na intenção de cumpri-lo bem seguindo a tradição que a torna índice de cidadania e mineiridade e fazendo-a inserida na modernidade”.

Lembrando um pouco a sua história, Elisabeth tinha no marido, o engenheiro Fernando de Castro Santos - conhecido como o “mestre das pontes”, por seu trabalho de calculista, com obras em Minas e em vários estados do Brasil - seu porto seguro. Estudava por horas a fio, secretamente. Fez a inscrição para o vestibular escondida de todos, quando no dia da prova teve seu segredo revelado ao ver sentar-se ao seu lado, uma sobrinha. Para surpresa da sobrinha e de toda família, Elisabeth Rennó foi aprovada em primeiro lugar no vestibular daquele ano. Sobre esse tempo, viria escrever depois, em poema: “Há um poema engasgado na garganta/ nascituro flébil/ sem forças para sair/ que possa falar de paz/ de flor e perdão/ informe ou disforme/ que possa falar de amor/ neste mundo triste desencanto/ assolado por ódio e desamor/ há uma palavra engasgada na garganta/ uma palavra incriada/ tolhida/ condenada ao silêncio/ das madrugadas cruéis/ da impotência dos afetos/ da mor-

te anunciada/ há um poema engasgado na palavra”.

Daí para lá sua vida foi um reinventar diário, em que o mundo das letras se abria como um novo caminho...Lêdo Ivo foi sua aventura poética, sua estreia na literatura, quando em 1988 lançou o livro dedicado à poesia do modernismo acadêmico de Lêdo Ivo. Com a obra publicada e ainda não lançada, foi bater às portas da Academia Mineira de Letras e lá encontrar seu Presidente-Perpétuo - coisa que ela nem sabia - o eterno Vivaldi Moreira. Vivaldi, com a grandeza natural dos maiores, a recebeu com toda fidalguia comum aos mineiros que vivem entre letras e cultivam a poesia. A poetisa, em seu lançamento inaugural, seguia apenas as orientações dos amigos, quando buscava um lugar adequado para lançar sua obra primeira. Pouco sabia da Academia, mas muito, da poesia.

Sobre sua presença na literatura, ela lembra que “a minha presença é inerente à paixão que sinto pela Palavra. A Presidência na Academia irá incrementar minha atitude participativa nos movimentos literários, na continuidade de uma atuação criativa e ética, voltada para a comunidade, dentro dos moldes e das características que formam a Academia Mineira de Letras”.

Em 1985 obteve o título de Mestre em Literatura Brasileira, com a aprovação da dissertação A Aventura Surrealista de Ledo Ivo: Invenção e Descoberta. Ela não deixa esconder a admiração pelo imortal poeta da Academia Brasileira de Letras.

Elisabeth Rennó é uma acadêmica por excelência, como se constata em suas muitas atividades. Na presidência da Academia Feminina Mineira de Letras deixou como legado de sua produtiva gestão a aquisição de duas salas para entidade. Na Academia Municipalista de Letras assumiu a presidência por quatro mandatos, além de ser ainda Presidente Emérita da

Crepúsculo

Tímido

o azul esmaece

escurece

e se torna gris

mais escuro

negro atro

no vazio da cor

E assim

mergulha profundo

o peso do mundo

e cai

sobre o Eu

e o esmaga

Destino

Das brumas de minha infância

De névoa envolta

Etérea e mágica

Ebúrnea e ascética

Sem dor ou ânsia

Ela vem e esvoaça

Evola e volta

Em seu vulto de garça.

Da passagem nebulosa

De uma visão imprecisa

Sinto apenas sua ausência

Que sem se tornar presença

Deixou apenas marcada

Uma esteira constelada

Em trilha tão indecisa

Que ficou logo apagada.

E eu cego ante a brancura

Que lhe vestia a doçura

Não percebi timoneiro

Sem bússola guia ou roteiro

Através do nevoeiro

Segui por outro caminho

Sem luxes ou passarinho.

Academia Feminina Mineira de Letras; pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, como Sócia efetiva; além das Academias de Conselheiro Lafaiete, Itajubá, Epistêmica, International Writers and Artists e da Aldravianista. Publicou ainda os livros A aventura Poética de Lêdo Ivo, editado pela Academia Brasileira de Letras, Coleção Afrânio Peixoto; Palavras e Parábolas; Rascunho de Minas, Prêmio Afemil; Um Esboço Histórico e outros ensaios; Cantata em Dor Maior; De Gil a João, Prêmio Eduardo Frieiro, AML; Concha-Lua, Prêmios Alejandro Jose Cabassa, UBE.RJ e Nelson de Faria, AML Crônicas de Jornal; Memória Diamantina, Prêmio Centenário Juscelino Kubistcheck; Ronda Universal; Post-Scriptum; Quatro Estações Mais Uma, além de muitas, várias, antologias no Brasil e no exterior.

Mãe da angiologista Maria Elisabeth Rennó de Castro Santos e avó dos advogados Daniel Henrique e Guilherme Fernando, Elisabeth declara ter orgulho da família e do nome, que é referência na cultura e na arte mineira. Como ela diz, Minas é um reino poético dos Rennós.

Sobre a revista Memória CULT declara ser “intérprete da boa palavra, a que instrui e forma o alicerce da Cultura. Lê-la é exercício de cidadania e humanismo, através de seu conteúdo eclético”. Sobre os projetos futuros, ela lembra que “pretendo, se as atribuições o permitirem, publicar uma coletânea de Prefácios já escritos”.

Os livros são vários, as condecorações muitas, os prêmios tantos, as antologias em que participa, algumas. Mas a vontade de quebrar as horas e descobrir o surdo som das auroras, a faz brincar com a vida tecendo poemas com pedaços de sonhos e muitas pitadas de sentimentos...

Com tantas atividades assim, fica fácil concluir: Elisabeth Rennó vive mesmo é de poesia.

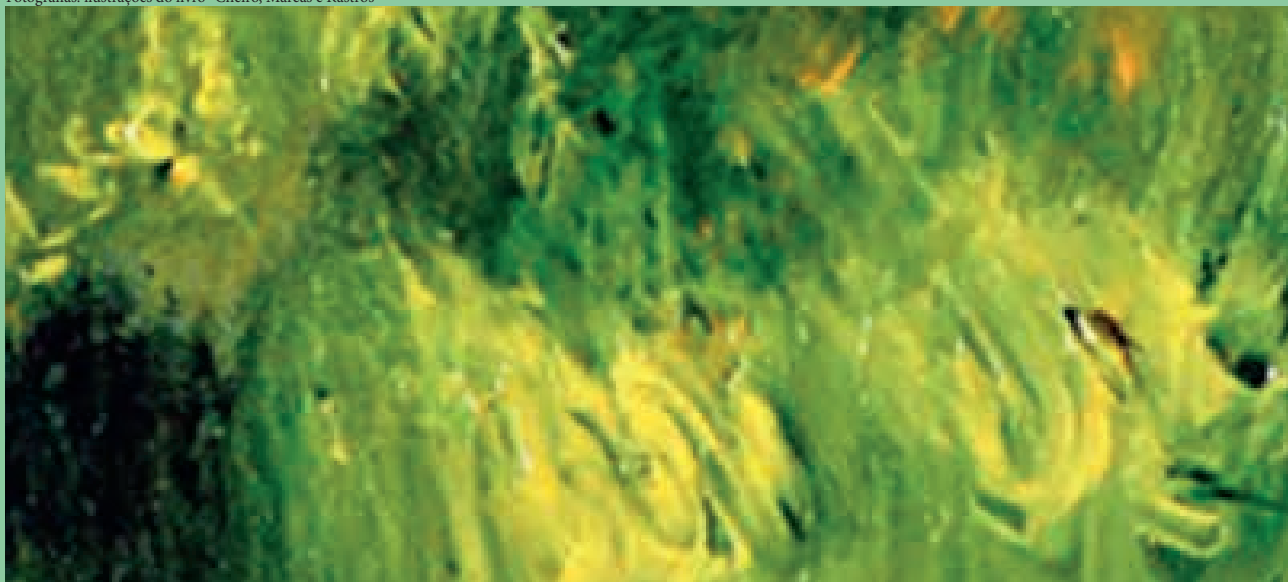
***Jornalista**



Luz no Ambiente

Ivanise Junqueira*

Fotografias: ilustrações do livro "Cheiro, Marcas e Rastros"



Fim de semana retornando de uma viagem, somos abordados por um guarda rodoviário, que nos informa a presença de um grupo de jovens ofertando mudas de árvores. Tal fato deixou a viagem mais agradável e, com certeza, voltei feliz da vida com duas mudas, uma de jatobá e outra de ipê roxo. Conseguiram a todos sensibilizar par ao tema ambiental.

Abro minha caixa de e-mails e vejo um convite de um dos meus filhos sobre a Semana do Meio Ambiente. Ele tem o privilégio de trabalhar num Centro de Arte Contemporânea e Parque Ambiental. Jovem, ainda, tem a ideia da grandeza do objetivo deste convite: preservação ambiental.

Quisera eu que todos os jovens dessem as mãos e cantassem um mesmo hino de louvor, com a consciência humanitária e precisa, conscientizando-se e a todos sobre a missão peculiar de cada um de nós, da preservação incondicional e irrestrita, do bem que herdamos, e nos faz manter vivos, que é a natureza; purificando nossos pulmões.

Cresci entre verde, cheiro de mato, que se misturava a barulhos de cachoeira e córregos de uma transparência que permitia ver lambaris e cágados; disfarçados, pareciam pedras.

Aprendi a respeitar a natureza, observar as formas das nuvens, a distinguir o barulho da chuva, a conhecer as fases da lua, a direção dos ventos, se o sol era para ficar, ou passageiro.

Nasci numa pequena fazenda, onde aprendi, ainda com tenra idade, o discernimento de que, acima de tudo, estava o respeito à mãe natureza, aceitando as surpresas do tempo, a benevolência do que recebia e o agradecimento final pela dádiva recebida.





Nos séculos passados, com as lavou-
ras de café e com as pastagens para a cria-
ção do gado, cenários da mata atlântica fo-
ram crucificados. Tanta coisa perdeu-se nos
caminhos...

Em Belém, desolada, contei os cami-
nhões, incontáveis, com toras que, junto à
chuva, choravam suas dores à porta do porto.

Mas nem tudo está perdido. Em revoa-
da, vejo pássaros, volto a identificar espécies
que vi na infância, alvejados por estilingues
exterminadores, que guardavam marcas,
para cada ave abatida, como troféus, conta-
bilizando as perdas, por meninos peraltas da
minha infância.

Alguns outros pássaros desconhe-
cidos chegam e, sem pedir licença, fazem
seus ninhos, fartam-se nas goiabeiras, jabu-
ticabeiras, laranjeiras; ofertam-nos com seus
cantos e encantos. Vejo os micos aos ban-
dos, na algazarra das manhãs. Roubam fru-
tas, mas não roubam nossos sonhos.

Até as cobras que, por vez ou outra,
amedrontavam-nos, passam silenciosas,
ocultando nossos medos. Seriemas cantam
e seduzem junto a tantos outros; seria difícil
enumerá-los. Borboletas, numa roda, formam
um arco-íris diante de uma poça d'água.

Nas nascentes, preservadas, vejo
com alegria a água, que ainda corre, menos
abundante, mas presente. Fauna e flora, de
mãos dadas, andam juntas e sinto-me umas
das responsáveis por este encontro.

Numa semana, que aos quatro cantos
fala-se sobre Meio Ambiente, questiono-me
com quantos homens o país conta para lide-
rar suas defesas. Com muitos, acredito.



Creio nos homens que amam a Terra, interagem suas ideias com pequenos, que estão começando a caminhar, mas já sabem ou ouviram falar em biodiversidade, pluralidade, sustentabilidade.

Creio na força das leis, no respeito às mesmas. Creio na defesa de um país que a todos encanta, mas deve, com orgulho, vigiar suas fronteiras como a mãe vigia um filho, até que possa dar passos seguros.

Creio na proteção de nossas nascentes, no refúgio de bichos e aves, na terra fértil que produz o alimento.

Creio nos sonhos dos jovens que sonham um sonho real; desejam um mundo melhor, sem fanatismos e utopias, mas bravamente conseguem sobreviver e assistem às mais variadas formas de reprodução da vida.

Creio nos governantes que, acima de tudo, deixarão de lado seus interesses pessoais e irão se unir para que o único bem seja em prol da humanidade.

Creio que o verde será a cor dominante, e todos nós seremos contagiados por tanto brilho e tanta cor.

Creio na pesquisa, na busca do conhecimento, na conservação ambiental e, sobretudo, nos jovens e estudantes que, em comunhão ao interesse comum, na preservação do planeta, sejam portadores da bandeira onde se lê: respeito.

Que a Semana do Meio Ambiente traduza o trabalho incansável, de quem quer preservar o que existe de mais caro no planeta: a vida!

***Ensaísta, do seu livro
“Cheiros, Marcas e Rastros” (2009), com
ilustrações de Layon**

Museus em Rede: Sistema de Museus no Brasil, em Minas Gerais e em Ouro Preto, experiências nas três esferas de governo

Gilson Antônio Nunes*

Uma Rede de Museus

Uma anedota já começa a ficar popular na atualidade, ela compara o hábito de um visitante que há dez, vinte anos atrás ao chegar à casa de um amigo solicitava assim que possível um copo de água. Mas na primeira década do século XXI o visitante ao invés do copo d'água solicita a senha da rede de *wifi* para que tenha acesso à rede mundial de computadores, a Internet, navegando pelo celular ou outro dispositivo móvel. Portanto estamos familiarizados ao conceito de rede, pelo menos como a Internet.

Pessoalmente a imagem mental que construo relacionada à palavra rede é aquela trama de fios conectados em nós, como a de um pescador. Apesar das diferenças conceituais identificadas por diversos autores, assumiremos para efeitos deste texto que redes e sistemas sejam sinônimos. Assim ao mencionarmos os sistemas de museus, que são definidos pela Lei Federal do Estatuto dos Museus (11.904/2009) referimo-nos também a uma rede.

Uma analogia que sempre utilizo, empregando a rede do pescador, é que este recolhe mais peixes usando a rede do que com uma simples vara de pescar. Assim uma articulação entre os museus por meio da rede, ou sistema, provavelmente conseguirá mais visibilidade, atender mais público e mobilizar mais a sociedade e, por conseguinte cada nó desta rede, ou seja, os museus poderão cumprir melhor sua missão.



Fotografias: Dimas Guedes

Um Sistema de Museus para o Brasil

Da criação do primeiro museu brasileiro ainda em meados do século XVII durante o período da dominação holandesa em Pernambuco até o surgimento de um sistema nacional para os museus brasileiros se passaram mais de 350 anos.

Com a redemocratização a partir do término da ditadura militar, instalada com o golpe de estado de 1964, e movimentos golpistas acabam sempre por serem nefastos ao país, a área da cultura passou a contar com um ministério específico criado em 1985.

No ano seguinte o Ministério da Cultura implementou o Sistema Nacional de Museus que previa a criação dos respectivos sistemas estaduais visando a articulação das instituições museológicas.

Infelizmente o programa do primeiro governo eleito no período democrático, do presidente Fernando Collor de Melo, realizou a fusão ou extinção de diversos órgãos da administração federal. Desta forma, no ano de 1990, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria Nacional de Cultura sendo diversas suas ações descontinuadas, dentre estas a operação do Sistema Nacional de Museus.

Mais de dez anos e três governos depois, em 2003, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início do seu mandato criou o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) pertencente ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O novo departamento tomou como uma das uma

das primeiras iniciativas a articulação para o estabelecimento da Política Nacional de Museus (PMN).

Uma política pública específica representou uma ação inovadora na área museal, considerando a importância dos museus na vida cultural e social brasileira e resultou na criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) em 2004, da lei do Estatuto dos Museus e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) ambos em 2009.

Mesmo com algum nível de dificuldades e limitações na implementação de ações decorrentes das diretrizes da PNM, até certo ponto naturais na administração pública, o sucesso no conjunto destas ações desenvolvidas permitiram que o DEMU, em articulação com outras instâncias do governo e setores do campo museal, transformasse uma política de governo, limitada cronologicamente pelo mandato do governante, em uma política de Estado, cujas diretrizes centrais e programas prioritários têm continuidade (Nunes, 2014).

A característica de política de Estado foi reforçada tanto pela promulgação da lei do Estatuto dos Museus quanto pela criação do IBRAM que passa a ter como missão justamente o desenvolvimento da PNM.

Retomando aos sistemas de museus, assim, como no plano federal, a transformação do Ministério da Cultura em secretaria ocasionou na paralização do Sistema Nacional de Museus, nos estados também verificou-se esse reflexo (Nunes, 2014).

Minas Gerais um Sistema de Museus Incipiente

Com a criação da Superintendência de Museus e outros acervos no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) em 1979, estabeleceu-se o desenvolvimento de uma política estadual para o setor.

A Superintendência Estadual de Museus tornou-se independente do IEPHA em 1984, passando a fazer parte da estrutura diretamente ligada à Secretaria de Cultura de Minas Gerais, realizando ações importantes como o cadastramento de museus e lançamento de publicações

como os volumes do Caderno de Diretrizes Museológicas.

Nas décadas seguintes, assim como no plano federal organizou-se os fóruns nacionais de museus, em Minas Gerais promoveram-se os encontros estaduais de museus.

Também influenciados pela PNM e pela existência do próprio SBM, em Minas Gerais passou-se às articulações concretas para a instalação do Sistema Estadual de Museus, formalizado no ano de 2009, mas com início de atividades apenas três anos depois.

Comparativamente ao SBM o sistema estadual ainda está longe de cumprir a missão conforme estipulado a esse órgão na legislação federal (Nunes, 2014), até mesmo o número das reuniões necessita ser aumentado.

Assim como acontece com diversas leis, e em con-

sonância com o determinado no Estatuto dos Museus, o deputado Dinis Pinheiro propôs em 2011 o Projeto de Lei que instituiu o Estatuto dos Museus de Minas Gerais, Lei 21.141, aprovado pela Assembleia Legislativa em 2013 e sancionado pelo Governador em 2014.

Ouro Preto e suas Contribuições para os Sistemas Municipais



O Sistema de Museus de Ouro Preto (SMOP), oficializado em 2006, inova em relação aos outros sistemas já mencionados no seu modelo de gestão.

Naturalmente, a complexidade para se articular os museus em um território municipal seja conceitualmente ou operacionalmente é muito menor do que quando comparado a grandes territórios, como o Estado de Minas Gerais e do Brasil (Nunes, 2014).

Assim o SMOP realiza uma programação integrada na Semana Nacional e na Primavera de Museus, produz folheteria apresentando o circuito de instituições museológicas da cidade, mantém um site na Internet, debate e aprova uma série de resoluções.

Um diferencial deste sistema de museus muni-

cipal está no fato da coordenação ser escolhida pelo Conselho Gestor que é constituído, em sua maioria, por representantes dos museus instalados no município, ao invés de ser nomeada pelo chefe do Poder Executivo ou um de seus secretários (Nunes, 2014).

Portanto, em Ouro Preto os avanços ou falhas e recuos na articulação e desenvolvimento da política municipal para os museus estará diretamente relacionada ao nível de interesse e compromisso das lideranças de cada instituição para o desenvolvimento desta política (Nunes, 2014).

Finalmente como em Minas Gerais, Ouro Preto passou a contar em 2014 com a Lei n° 932 que cria o Estatuto Municipal de Museus. A diferença com o caso estadual está no fato da proposta ter sido debatida, emendada e encaminhada pelo Sistema de Museus do município, tendo como texto base o trabalho de conclusão de curso de Museologia de Raiany Aparecida da Silva, formada pela Universidade Federal de Ouro Preto, com a orientação deste autor.



Modelos de materiais produzidos pelo Sistema de Museus de Ouro Preto: folder e informativos



O Futuro dos Sistemas de Museus

Ao longo dos anos espera-se que por iniciativa dos governos dos estados e dos municípios maiores, pelo menos das capitais, esses entes federados possam contar com os respectivos sistemas de museus.

A coordenação dos sistemas é dependente da maior ou menor capacidade de trabalho e articulação dos gestores e equipes dos órgãos responsáveis pela política de museus (Nunes, 2014), inclusive para viabilização orçamentária. No entanto como órgãos que possibilitam a participação de representantes do setor, os próprios sistemas de museus podem atuar para pautar o poder público, nas diferentes esferas de governo, articulando, cobrando e acompanhando a maior destinação de

recursos financeiros além da execução das ações, que devem inclusive ser objeto de proposição e debate nos conselhos gestores de cada rede.

Deseja-se assim, que todo o aparato legal e a existência dos sistemas de museus possibilite a perenidade das políticas públicas na área dos museus em todas essas esferas governamentais, transformando-as em políticas de Estado (Nunes, 2014), beneficiando assim toda a sociedade.

***Professor do Departamento de Museologia da Escola de Direito, Turismo e de Museologia e Coordenador do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/UFOP**

Sistema de Museus de Ouro Preto - 10 anos

Entre o final do ano de 2004 e o início de 2005, despontava o Fórum de Museus de Ouro Preto.

A iniciativa surgiu na tentativa de preparar uma programação em conjunto dos museus da cidade para a Semana Nacional de Museus, de 2004, organizada pelo Ministério da Cultura. Além da própria programação, a divulgação em cartaz em papel A3 foi o primeiro resultado concreto dessa nova articulação dos museus.

Esse primeiro encontro aconteceu na Casa dos Contos de Ouro Preto, quando o então superintendente do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, Eugênio Ferraz, que tinha acabado de fundar o Fórum de Dirigentes Federais, sugeriu a criação do Fórum de Museus de Ouro Preto.

Promover ações integradas e compartilhar experiências acerca das diversidades administrativas (federal, estadual, privada) das instituições museológicas existentes na cidade, era o objetivo principal do Fórum.

Ainda em 2005, o fórum se consolidava com o lançamento do folder “Circuito de Museus de Ouro

Preto”. Material que, em 2006, foi produzido, também, em espanhol e inglês, em 2009, abrindo as comemorações do “Ano da França no Brasil”, foi lançado em francês. Esse material foi produzido pela Superintendência do Ministério da Fazenda em Minas Gerais.

Em 2006, após longa discussão, negociações com o prefeito municipal e intenso trabalho dos museus, foi aprovada a Lei Municipal nº 305, de 7 de dezembro de 2006, que transformou o Fórum de Museus de Ouro Preto no primeiro Sistema Municipal de Museus do Brasil.

Na prática, não mudava muita coisa, mas o fórum se tornava, de direito, uma instância, autônoma, da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

O Sistema de Museus de Ouro Preto, que desde sua fundação até os dias de hoje, continua reunindo os diretores dos museus da cidade periodicamente, para, juntos, buscarem avanços no setor, completa, neste ano de 2016, 10 anos de existência.

N.R.

COMARCAS DE MINAS

Fotografia: Raphael Simões



Os três volumes, tamanho 26x36cm, capa dura e sobrecapa, 1.675 páginas

A “Memória do Judiciário Mineiro” acaba de lançar a obra “Comarcas de Minas”, trabalho minucioso do Des. Lúcio Urbano, Superintendente da “Memória”, e da servidora Rosane Vianna Soares, contendo 1700 páginas, editada pela Imprensa Oficial.

Objetivou-se contar a história das 296 Comarcas de Minas Gerais, origem, desmembramentos, datas, relação dos juízes que nelas oficiaram, de 1711 até 2014, de tal maneira que, ao cabo, escreveu-se a história do Judiciário Mineiro.

O trabalho consumiu seis anos de ininterrupta pesquisa, buscando os dados nos arquivos, inclusive do “Tombo de Portugal”.

Também se cuidou da análise das legislações,

bem como da divisão judiciária mineira, com citações da legislação pertinente, decretos, leis, provimentos e até de documentos eclesiásticos.

Por último, lançou-se a relação dos 539 desembargadores do Tribunal de Justiça, que ali judicaram desde 1874, data de criação do Colegiado, até 2014, com suas respectivas naturalidades, aqui com o propósito de mostrar que as cidades mineiras ofereceram festejados juízes, a mostrar a plena integração das comarcas na ordem judiciária do Estado.

Na solenidade de lançamento, 06 de junho, o des. Lúcio Urbano, no discurso de apresentação, mencionou os grandes juristas, magistrados, assim que também dos literatos e de obras filosóficas.



Na fotografia: Diretor Geral da Imprensa Oficial, Eugênio Ferraz; Presidente eleito do Tribunal de Justiça para o biênio de 2016 a 2018, desembargador Herbert José Almeida Carneiro; Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, desembargador Maurício Soares; Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, Juiz Fernando Galvão da Rocha; Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Marco Antônio de Rezende Teixeira, representando o governador de Minas Gerais, Fernando Damata Pimentel; Presidente do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes; Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), desembargador Lúcio Urbano da Silva Martins; Defensora pública, Diana de Lima Prata Camargo, representando o defensor público geral do estado, Wagner Geraldo Ramalho Lima; Terceiro Vice Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Wander Marotta; Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, Angelo Oswaldo de Araújo Santos; Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Wagner Colombarolli

Mencionou que 59 mineiros integraram o Supremo Tribunal Federal, sendo 14 desembargadores que ascenderam à Suprema Corte, com destaque para o Ministro Nelson Hungria, orgulho mineiro, considerado o maior penalista brasileiro, autor do Código Penal de 1940.

Ainda naquela oportunidade, referiu-se à “Memória Intelectual” biblioteca que o Des. Lúcio Urbano organizou, com 406 obras e 129 juízes de Minas.

Ao lado disso, cabe dizer que o Des. Lúcio Urbano, antes, havia publicado obra sobre a História do Tribunal de Justiça.

Assim, as duas obras narram a completa “História do Judiciário Mineiro”.

A título de demonstração, mencionaram-se os grandes juristas que integram o Tribunal de Justiça: Hermenegildo de Barros, Tito Fulgêncio, Sebastião de Souza, Afonso Teixeira Lages, Lopes da Costa, Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, Amilcar de Castro, Ronaldo Cunha Campos, Humberto Theodoro Jr., Ernane Fidelis, Jair Leo-

nardo Lopes, Saraiva Sobrinho, Orozimbo Nonato, José Costa Loures, Alberto Vilas Boas, Belizário Lacerda, Antônio Martins Villas Boas, Kildare Gonçalves Carvalho.

Expressiva, sem dúvida, a atividade judiciária mineira, que acompanha par e passo a belíssima História de Minas, que se avulta em todos os setores da vida brasileira.

Por derradeiro, o Des. Lúcio Urbano concluiu o discurso: “Oh Minas, nascestes para a grandeza, tens o cetro dos grandes feitos.”

“A cada época da história mineira, encontra-se homem ilustre, que testemunhou a verdadeira vocação de Minas: a Liberdade.”

“A voz de Minas não se cala, antes alevanta-se, porque retumbante, arrimada na verdade impostergável. Minas sempre inspirou os mais acalentados desejos de liberdade. Não é por outra razão que se sobe para ver Minas, qual se sobe para o altar!”

“Lapidar-se”

A solenidade que marcou a adesão do grupo Nevestones ao projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), *A ressocialização do apenado como responsabilidade de todos*, que teve o apoio do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais (CCPC), o Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG) e o Instituto de Ciências Penais (ICP), emocionou os presentes no auditório da FIEMG Regional Rio Doce, em Governador Valadares, no dia 20 de junho de 2016.

Concorrido, o lançamento do Projeto Lapidar-se, cujo nome faz menção ao fato do programa usar a lapidação como forma de ressocialização de apenados que cumprem pena no Presídio Floriano de Paula, explicita sua singularidade e seu aspecto inovador. Essa é a ideia que embasou a forma como a atividade profissional é introduzida junto aos apenados, aliando capacidade técnica e criatividade, incentivando a melhoria da autoestima e as possibilidades de empreendedorismo por parte dos beneficiados.

Na abertura da solenidade de lançamento do Projeto, o diretor do Grupo Nevestones, empresário Douglas Neves, representando também os demais sócios Diego Neves e Antônio Neves Junior, esclareceu que aquele momento marca a realização de um sonho acalentado por alguns anos, desde uma visita realizada a um presídio onde, em contato com os detentos, sentiu que poderia – e deveria – fazer mais que apenas proporcionar uma ocupação que permitisse aos presos trabalhadores reduzir dias em suas penas.

A memória da origem simples da família, pois, seu pai e seu tio fundaram a empresa a partir de uma banca de mica, despertou o desejo de colaborar com uma parcela da população sempre tão cercada pela violência e o



preconceito, além da fé na capacidade de recuperação do ser humano. Juntamente com as ideias cidadãs do advogado criminalista e professor da UFMG, Felipe Martins Pinto, outro grande entusiasta do projeto, foi possível a materialização daqueles sonhos nobres em um belo projeto de cunho social que, por sua magnitude, reúne plenas condições para expandir-se por todo o território nacional.

Para chegar ao formato final do “Lapidar-se”, outras colaborações foram fundamentais. O encontro com a artista plástica Maria Lúcia Barbosa conferiu uma atmosfera lúdica e artística ao projeto, trabalhando assim com a sensibilidade humana dentro do programa.

Fotografias: acervo Nevestone



Douglas Neves, a Designer de Joias Maria Lúcia Barbosa, Beatriz Neves e Antônio Neves Júnior

A Arte e a Socialização

Com vasta expertise na criação de joias a partir de pedrarias alternativas e experiência social com o projeto “Mãos de Quixeramobim”, no qual ela trabalhou com comunidades em risco social, transformando a vida de dezenas de jovens pelo artesanato em pedras e metais,

Maria Lúcia assumiu a consultoria artística do projeto, responsabilizando-se pelas oficinas criativas que agora serão ministradas aos detentos.

E para que, finalmente, o projeto Lapidar-se pudesse tornar-se uma realidade em Governador Valadares, foram fundamentais o trabalho e o comprometimento do dr. Thiago Colnago, juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca local. Árduo defensor das políticas de ressocialização dos apenados, ele atuou de forma decisiva nos trâmites legais para a implantação do projeto.

Isso foi fundamental para que tudo ganhasse corpo em uma noite memorável, reunindo todos esses atores sociais, além da emocionante homenagem prestada pela Câmara de Vereadores de Governador Valadares ao desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, dr. Alexandre Carvalho. Nascido em Governador Valadares, o desembargador ficou sensibilizado ao receber o brasão municipal, maior honraria concedida pelo legislativo da cidade aos seus filhos que se destacam por sua atuação na sociedade. Em suas palavras, o homenageado enalteceu a honraria e também reiterou seu total apoio ao projeto, lembrando a importância que tem a criação de ferramentas que reintegrem apenados à sociedade após o cumprimento de suas sentenças.

A apresentação de um vídeo institucional lembrou a todos a motivação primeira para o comprometimento de tantas pessoas e entidades, além da constatação da materialização de um sonho, pois o que se faz premissa para a Nevestones é a certeza de que toda vida é preciosa.

Projeto e programa

Um projeto que fosse além da ocupação do tempo ocioso dos presos e da possibilidade de redução de penas. Com este pensamento começou a tomar forma o projeto Lapidar-se, que acaba de ser implantado na penitenciária Floriano de Paula, em Governador Valadares. Num somatório de ideias, chegou-se ao formato final, que é a implantação de uma oficina de lapidação dentro do presídio, na qual irão trabalhar, inicialmente, 15 de-

tentos, selecionados a partir do bom comportamento e potencial de ressocialização.

Os beneficiários do projeto vão aprender técnicas de lapidação e também terão oficinas criativas, nas quais serão estimulados a expressar-se artisticamente, na manipulação de pedras e metais, para confecção de peças artesanais, como colares, broches e outras joias. Todos os equipamentos e insumos necessários para o funcionamento do projeto serão doados pela Nevestones.

Os aprendizes vão trabalhar, basicamente, com pedras produzidas em abundância na região, e que, exatamente por isso, muitas vezes acabam tendo atribuído baixo valor comercial. A arte executada pelos apenados vai conferir às peças valor agregado não apenas do ponto de vista econômico. O trabalho com as pedras torna-se emblemático na exata medida em que o projeto visa dar aos detentos uma nova oportunidade de vida, com mais valorização, mais dignidade e outra perspectiva de futuro.

Fotografias: site nevestones



***A Revista MemóriaCULT
se engaja na divulgação
e participação de novas
inserções do “Lapidar-se”...***

Espaço de divulgação de obras raras, integrantes da Coleção Mineiriana do Instituto Cultural Amílcar Martins



INSTITUTO CULTURAL AMILCAR MARTINS

Em foco: **MIRANDA**, João Cardoso. *Prodigiosa Lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará, que tem curado a várias pessoas dos achaques que nesta Relação se expõem*. Coimbra: Manescal da Costa, 1749, 27 páginas. O opúsculo foi escrito pelo cirurgião português João Cardoso Miranda, publicado em Lisboa no ano de 1749. Nele se encontra o relato de cento e sete casos de cura ou melhora de diversas doenças em resultado de banhos na lagoa descrita como *prodigiosa* e se conta a história de como foi descoberto seu poder curativo.

A *prodigiosa lagoa*, situada a seis léguas da Vila de Sabará, era então chamada de *Lagoa Grande*. Mas, logo se tomaria a *Lagoa Santa*, como passou a ser conhecida desde então. Segundo descrição de João Cardoso Miranda, suas águas eram tão cristalinas que, em dias claros, os que nela navegavam podiam ver seu fundo.

Podia ter sido apenas mais uma bonita lagoa, como tantas outras nas belas paisagens de Minas Gerais. Como foram descobertos seus poderes curativos, vistos à

época como miraculosos? O próprio João Cardoso Miranda, em 1749, lá chegou em busca de cura para doença nos olhos, que o havia tornado praticamente cego, impossibilitando o exercício de seu ofício de cirurgião. Não recuperou totalmente a visão, mas declarou ter melhorado muito. Seu relato mostra que, desde que circulou a notícia do poder curativo das águas da lagoa, a boa nova se espalhou rapidamente e chamou a atenção tanto de doentes, quanto de médicos que clinicavam na região.

O primeiro a ter evidência do efeito curativo das águas da Lagoa Grande foi Filipe Rodrigues, dono de sítio nas redondezas. Em 1733, afligido por setenta e duas feridas que não secavam com o tratamento convencional da época – aplicação de mercúrio, conhecido como *cura de azougue* – banhou-se na lagoa várias vezes e nesta prática encontrou alívio. Ao fim de dois meses, “*se achou inteiramente são*”. As águas da lagoa também curaram surdez que o acometera.

Mas, foi só anos depois, em fevereiro de 1749, que Filipe Rodrigues encontrou no Doutor Simão Pereira de

Castro, membro da Universidade de Coimbra em visita à Comarca de Sabará, o ouvinte que soube avaliar as implicações científicas e médicas dos portentos atribuídos às águas da lagoa. O próprio Doutor Simão se beneficiou do tratamento, com banhos que curaram um “*formigueiro nas nádegas*”, que o afligia há anos. Tratava-se de irritação cutânea, provavelmente uma forma de eczema, que nenhum dos remédios que lhe haviam sido receitados tinha sido capaz de eliminar. Entusiasmado, contou o caso ao amigo Padre Pedro Antônio de Miranda. Este, por sua vez, deu ciência do poder curativo daquelas águas ao médico Antônio Cialli, afamado em toda a Comarca de Sabará. O médico tratou de pesquisar a composição química das ditas águas, com o objetivo de identificar as doenças que elas poderiam curar ou minorar. Nelas Cialli encontrou grande quantidade de vitriolo (ácido sulfúrico) e aço (ferro), minerais que, de acordo com a medicina da época, eram úteis no tratamento de diferentes achaques. Em sua avaliação, as águas poderiam curar afecções cutâneas, artrites, reumatismos, doenças cardíacas e do aparelho digestivo.

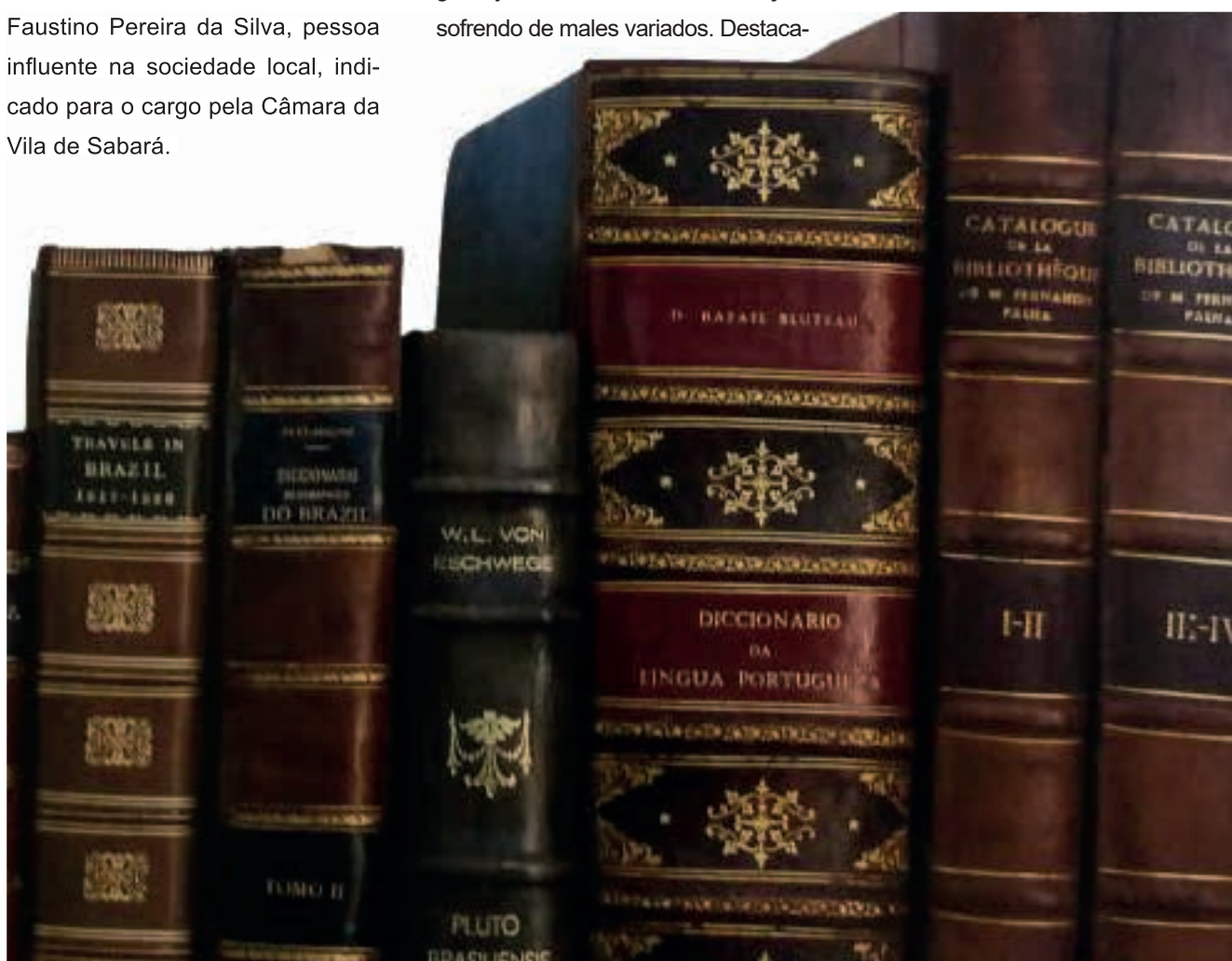
João Cardoso Miranda conta que, tão logo correu a notícia do poder curativo da *prodigiosa lagoa*, em um mês, sem esperar qualquer corroboração científica, uma multidão de cerca de três mil pessoas já acorria à região buscando a cura de diferentes tipos de achaques. “Era tanta a gente, conta Miranda, que teve a Câmara [da Vila de Sabará] de pôr ordem na construção de habitações, traçado de arruamentos, polícia e regulamentação dos banhos”. Esta foi a origem do arraial de Lagoa Santa, cujo primeiro administrador foi o coronel Faustino Pereira da Silva, pessoa influente na sociedade local, indicado para o cargo pela Câmara da Vila de Sabará.

O registro dos casos de cura, atribuído ao Padre Antônio de Miranda, deve ter sido feito entre fevereiro e abril de 1749, pois se acham no relato de João Cardoso de Miranda, datado de 6 de maio de 1749. Desse conjunto de doentes, oitenta e um eram homens (quarenta e sete brancos, vinte e oito pretos, seis pardos), vinte e quatro eram mulheres (três brancas, dezessete pretas e quatro pardas). No caso dos doentes cuja idade foi registrada, verifica-se que havia idosos, pessoas entre setenta e noventa anos, quase sempre atacadas de reumatismo, e gente jovem, adolescentes e crianças, sofrendo de males variados. Destaca-

-se o caso da cura de uma criança de cinco anos, assim descrita pelo Padre Miranda: “[...] crioulo de idade de cinco anos, com lepra na cabeça, e braços e cotovelos encolhidos [...], havia cinco meses padecia esta queixa; [...] quase com um mês de banhos sarou.”

A fama curativa da *lagoa prodigiosa* não se firmou no século XIX. Identificar as razões disto daria um ótimo tema de pesquisa.

Resenha do livro *Prodigiosa Lagoa*, pela Professora Dra. em Ciência Política pela UFMG, Vera Alice Cardoso da Silva



Salinas

Uma história com todos os encantos

Manoel Hygino*

Não há ficção. São acontecimentos, não suficientemente explorados pelos historiadores, que têm muito a pesquisar sobre fatos e personagens que ingressaram no rol do passado ou que, muitas vezes, sequer lá chegaram.

É o caso de Salinas, uma das muitas cidades do vale do Jequitinhonha, percorrido pelos ibéricos ainda no século do descobrimento.

O padre Aspilecueta Navarro, que alcançou aquelas ermas terras em meados do século XVI proclamando a religião, contou os passos cautelosos dos sertanistas num país inteiramente desconhecido, enquanto Bruzza Spinosa, vindo do Peru, tomou as latitudes, examinou os terrenos e colheu informações, deparando indícios geológicos de ouro e outros metais.

Fotografias: acervo do autor





1923 - Inauguração de ponte de madeira sobre o rio Salinas



Rua Raul Soares, década de 1980



1922 - Cadeia velha de Salinas



Cel. Italino Ribeiro 1879-1973



Dep. Estadual João Porfírio Machado, séc. XX



Centro antigo de Salinas em 1959



Juventino Ferreira Nunes, líder político



1932 - Milicianas de Salinas



1943 - Antigo mercado velho



1923 - Inauguração da ponte de madeira - Abdênago Lisboa



Grupo de salinenses



1932 - Milicianos de Salinas



1933 - Ten. Mendonça e o escrivão Eleotério na Delegacia de Salinas



Fachada da escola na década de 1950

Os que procuravam riquezas materiais encontraram, contudo, sal-gema, que contribuiria apreciavelmente para a economia local e regional, pois o produto era escasso e valioso naqueles sertões. Ricas jazidas de cloreto eram encontradas às margens de um rio, que recebeu o nome de Salinas pela ocorrência desse fenômeno natural. Um povoado começou a nascer por volta de 1711, integrando-se à comarca de Serro Frio, em 1720. Virou vila de Santo Antônio de Salinas, no município de Rio Pardo, e, em 1887, elevou-se a cidade perdendo o nome do Santo.

Com o sal-gema, citado poeticamente por Eça, expandiu-se a criação de gado e, a partir de 1663, o terceiro Conde da Ponte, concessionário de uma sesmaria, deu início à ocupação estável. Cerca de trinta anos após, apareceu o bandeirante Antônio Luis dos Passos, instalou uma fazenda para criação de gado, às margens do rio Pardo e começou a perambular em busca de riquezas outras que não a bovina.

Criado o município em 1880, em 1883 se empossa a primeira Câmara de Vereadores e Antônio dos Anjos da Silva Sobrinho se torna seu presidente e agente executivo.

Construída pelos moradores, enfrentou as dificuldades do meio e da distância dos grandes centros. O coronel Idalino Ribeiro, referência política, forjou a vida com efetiva disposição de trabalho. Chefe respeitado por mais de quarenta anos, deixou marcas de iniciativas e de operosidade. Quando buzinaaram os primeiros automóveis, ele promoveu a construção de uma estrada, ligando à



1943 Antigo prédio da prefeitura de Salinas



Cemitério Construído em 1909



Igrejas Matrins - início séc. XX



Fachada do antigo Grupo Escolar Dr. João Porfírio 1915

burgo à precaríssima rede rodoviária. Sendo governador Olegário Maciel (nos anos 1930), o coronel financiou a obra, dando ocupação aos numerosos desempregados. Para receber Valadares, sucessor de Olegário no Palácio da Liberdade, construiu um palacete. Sua palavra, por respeito ou medo, era a última e decisiva. Faleceu na capital em 1973, com 94 anos.

A cidade, naturalmente quente, se situa no semi-árido, com temperaturas elevadas e queima a pele dos mais de 40 mil habitantes. Tornou-se pólo de educação regional, com cursos em instituições de ensino superior.

Conhecido pela qualidade do requeijão e da carne de sol, viveu simultaneamente a lendária história da cachaça de Salinas. Anísio Santiago, aos 12 anos, tentou uma talagada escondido dos pais, não gostou e jamais voltou a experimentar. Carpinteiro, tropeiro, comerciante, motorista e fazendeiro, transportava mercadorias na região. Instalou-se com a esposa na fazenda Havana, pôs-se na cuidadosa produção da Havana, de cujo fabrico fez absoluto segredo. O sucesso venceu limites e fronteiras e Salinas se notabilizou. Com o Programa Pró-Cachaça (artesanal), do governo de Minas, houve uma revolução no mercado. A bebida, negociada a granel desde o final do século XIX, passou a ser recebida pelo comércio já engarrafada. Hoje, há 50 marcas no município, com mais de cinco milhões de litros por safra. É o mais importante segmento nacional nessa área, responsável por 45.87% da arrecadação de ICMS em território mineiro. Na cidade, há o Museu da Cachaça, no antigo aeroporto, com acervo de garrafas, moinho montado a partir de temas como sociedade do açúcar, engenhos antigos e modernos, além de tudo mais que envolva essa riqueza.

Com hospitalidade típica da gente mineira, Salinas brinda ainda o visitante com várias atrações como sua rica tradição e o folclore. Ver, crer e testar. As Festas Juninas, a Corrida e Caminhada de Salinas, as jazidas de minerais e o artesanato chamam a atenção, sobretudo durante o Festival Mundial da Cachaça, em junho. Uma volta pelo tradicional mercado é obrigatória, como relata José Antônio Prates, atual prefeito, em livro publicado pela Academia de Letras do Distrito Federal, sob patrocínio do Fundo da Arte e da Cultura. Prates criou a Academia de Letras de Salinas, de que são membros dezessete prestigiosas figuras da literatura da região, como Iara Tribuzzi, escritora, que escreveu “A menina de Salinas”. Não acadêmica há Marlene Pessôa, in-

tegrante da Antiga Geração 60 da Faculdade de Direito da UFMG, autora de “Sou eu”. Ali, existe uma biblioteca, que Prates formou buscando livros nas capitais e levando para terra natal em sua caminhonete particular.

Iara evoca: “No dia de São Miguel Arcanjo – 29 de setembro- ficávamos todos atentos ao céu. Se caísse a chuva das flores ou chuva de São Miguel, que inaugura a temporada das águas, o ano seria bom de chuva e de colheitas.

Assim começavam na Salinas antiga os preparativos para o final do ano, e pensávamos nos presépios e nas Folias de Reis, que nos encantavam. O presépio mais afamado, mais bonito que da Matriz de Santo Antônio, era o do nosso tio Mirim, irmão da Vó Milota. Havia um laguinho de água verdadeira, iluminação elétrica que ocupava quase toda a sala.

No ano de 1949 tia Angélica, sua mulher, irmã do Coronel Idalino, convidou algumas crianças da família para um Reisado Infantil. Primeiro aprendíamos as canções, sem ajuda de nenhum instrumento, e ela chamou

umas senhoras para cantar conosco. Fiquei um pouco incomodada porque os meninos Reis Magos foram dispensados dos ensaios. Podiam brincar à vontade e nós meninas decorando as músicas, aprendendo as melodias. Seríamos as pastorinhas, vestidas a caráter.

Todas nós da família tínhamos lido os livros “O Sheik” e “O filho do Sheik” e nos encantamos com Sami, que nos parecia o próprio herói dos desertos.

Na varanda da casa todo o cortejo parou e houve um silêncio cerimonioso. Depois entramos, só as pessoas do Reisado, as outras ficaram de fora. Lá dentro cantamos todas as louvações ao Menino Jesus e à sua Mãe Maria.

Convidados à mesa já posta, outra surpresa. No lugar dos tradicionais biscoitos de polvilho e do café com leite, havia Guaraná e biscoito Champagne, industrializados. O Guaraná estava gelado e achamos chiquíssimo – o sabor era inebriante. Nunca esquecemos esta merenda, nenhum de nós, e até hoje gostamos de Guaraná”.

***Jornalista**





DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

J. Afrânio Vilela*



Fotografias: Divulgação arquivo SXC

Para falar sobre sustentabilidade e desenvolvimento no Brasil é preciso traçar o esboço histórico da evolução dos movimentos sociais voltados para a preservação do meio ambiente e também das organizações que produzem e geram riquezas.

O Brasil adota o princípio da legalidade, segundo o qual ninguém deve fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei. Todavia, as legislações precedem aos fatos sociais. Neste sentido é que adveio a proteção jurídica ao meio ambiente, exatamente para coibir ofensas às nossas reservas e recursos naturais.

Portanto, sustentabilidade é intrinsecamente vinculada à proteção jurídica, que tem na Constituição da República de 1988 – nossa norma fundamental – seu esteio, especialmente no artigo 225 da Carta Constitucional. Após, as 26 Constituições Estaduais e a do Distrito Federal, alinhadas com a Constituição Federal, disciplinam a matéria para os entes federativos. No nível infraconstitucional, as leis federais e estaduais normatizam o direito ambiental, sempre em consonância com a Constituição da República. Um exemplo é o Código Florestal, Lei Federal nº 12.651/12.

Por fim, de grande importância a meu sentir, não obstante não se trate de norma em sentido estrito, vem a “consciência individual”, que consiste no conjunto de atitudes do ser humano e das pessoas jurídicas relativa no trato dos negócios, dos costumes e hábitos, medidos em positividade ou negatividade para o meio ambiente.

Todas somadas – Constituição Federal, Estaduais e do DF, leis infraconstitucionais, decretos e regulamentos, consciência individual – formam a rede de proteção do meio ambiente, as quais possuem o objetivo de proteger o meio ambiente e propiciar sua interação no contexto desenvolvimentista de forma a resguardá-lo de ofensas além dos limites legalmente toleráveis.

A dinâmica na formação das leis as coloca após os fatos sociais. Primeiro vem o fato; depois seu regramento legal. A lei vem para dizer se determinado fato pode ou não continuar a ser praticado, passando a se tornar fato jurídico, posto que gera repercussão para outrem, alterando fundamentos de convivência.

**Art. 5º, inciso II, da
Constituição Federal,
“Ninguém será obrigado
a fazer ou deixar de
fazer alguma coisa
senão em virtude de lei”.**





Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Porém, quando este fato praticado gera repercussão passa a ser jurídico. Então, conclui-se que o fato social de jogar papel no lixo, transmuda-se para fato jurídico quando é jogado no chão, cai no bueiro e entope o canal, com a consequência desastrosa para o meio ambiente, patrimônio público e privado de alagamento de ruas e praças, desmoronamentos de casas, até mesmo mortes, dentre outros males.

O meio ambiente, para fins de proteção jurídica, é um bem imaterial, um conjunto, um macrossistema formado por rios, mares, lagos, florestas, plantas, animais, etc., que são os elementos singulares e materiais, os quais podem ser utilizados para fins de desenvolvimento econômico, observadas as restrições legais, para que o conjunto não seja danificado. E, de acordo com o Código Civil, em seu artigo 99, inc. I, é bem de uso comum pelo povo e pertencente à coletividade.

Essa proteção jurídica vasta, densa, vertida nos três níveis federativos no Brasil (União, Estados e Municípios), integra o direito internacional do meio ambiente, cuja finalidade é tutelar o meio ambiente supranacional, pois não há fronteiras físicas para as correntes de ar, seja puro ou poluído; elas não param nas alfândegas, não mostram passaporte. O mesmo se diga em relação à água. Mundialmente, nasce a consciência de que povo e governo não são proprietários e, por isso, não podem se apropriar, alienar, poluir ou degradar o meio ambiente, bem imaterial de uso de todos e ao mesmo tempo de ninguém.

O desenvolvimento sustentável deriva da formação da consciência de cada pessoa para defesa, preservação e utilização do meio ambiente, como garantia para as gerações atual e futuras, dele se beneficiarem. E se presta como uma alternativa a ser utilizada nos diversos níveis da cadeia de produção, da agricultura à indústria, de molde a adequar todas as formas de produção a fim de promover o desenvolvimento humano, com distribuição justa dos recursos naturais, trazendo qualidade de vida o ser humano, mas não dizimando a natureza, porque a fonte de recursos naturais não é inesgotável, ao contrário, já demonstrou por diversas vezes que é finita.

O conceito mais conhecido de desenvolvimento sustentável surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. E é aquele segundo o qual o “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem

comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações”. Isto é, desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Pretende-se, assim, que o homem tenha a capacidade de utilizar dos elementos do meio ambiente (seus recursos), dele extraindo riquezas de variadas matizes, sem afetar o futuro, vinculando, pois, o desenvolvimento econômico com a consciência, a responsabilidade ambiental.

Reunidos no ano passado, entre os dias 25 e 27 de setembro, na sede da ONU em NY, mais de 150 líderes mundiais formularam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Globais, dentre os quais, alguns como: acabar com a pobreza, com a fome, assegurar uma vida saudável a todos, a disponibilidade de gestão sustentável da água e saneamento para todos, o acesso à energia, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, dentre outros.

E, dentre os 17, estão os objetivos que entendo os mais importantes, em se tratando de desenvolvimento sustentável, quais sejam: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, bem como fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

E, é neste ponto que entram as grandes discussões de defensores do meio ambiente com os produtores de alimentos, de bens de consumo, etc.

Isso porque três bilhões de pessoas utilizam madeira, carvão vegetal ou dejetos animais para cozinhar e para aquecimento, correspondendo a 60% das emissões globais de gases do efeito estufa. Porém, a desigualdade de renda aumentou em 11% nos países em desenvolvimento nos últimos 20 anos.

Em 2050, serão 9,6 bilhões de bocas para alimentar, parte expressiva residente em locais de solo pobre. Nesta proporção, necessitaremos de três Planetas Terra para suprir a demanda.

Calcula-se que 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçadas diariamente e 70% de toda a água disponível é usada em irrigação. De outro lado, sabe-se que a subnutrição vem diminuindo, de 1990, em 23,3%, para 2014/15, em 12,9%. Contudo, 6



“Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; [...]”



Este artigo sobre Desenvolvimento Sustentável é decorrente de palestra proferida pelo Desembargador J. Afrânio Vilela (em destaque), no 2º Seminário “Olhar Jurídico sobre Meio Ambiente”, quando da realização da 6ª edição da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, MG, em março de 2016. Na foto: Desembargador Maurício Torres Soares, presidente da Amagis; Desembargador J. Afrânio Vilela; José Sacido Barcia Neto, Prefeito de São Lourenço; Eugênio Ferraz, Chanceler da Comenda Ambiental; Roger Vieira Feichas, Defensor Público; José Silvério Perdigão de Oliveira, Presidente da Associação Mineira do Ministério Público; Bruno Terra Dias, Juiz de Direito

milhões de crianças ainda morrem de desnutrição antes de seus 05 anos de idade. E 66 milhões de crianças em idade primária vão à escola sentindo fome; um terço na África; 13 milhões de hectares de florestas são perdidos a cada ano. Atualmente, 1,6 bilhão de pessoas tiram seus sustentos das florestas, que são o habitat de mais de 80% de todas as espécies animais, plantas e insetos terrestres; 23 hectares são perdidos por minuto para os desertos, diminuindo a possibilidade de mais de 20 toneladas de alimentos.

Será necessário produzir muito!

Sabe-se que adubos e fertilizantes aumentam a produtividade, mas podem contaminar o solo com elementos nocivos a saúde; as sementes para produção de transgênicos (GMO), produzidos em laboratórios, são mais resistentes e usam menos pesticidas, a partir da introdução de genes de outras espécies (algodão e *bacillus thuringensis*),

mas são altamente tóxicas; feijão que não precisa de água, por ser resistente à seca, soja com anticorpos de câncer, alface com proteína antidiarréica e até animais.

De outro lado, há aqueles que invocam o não direito natural de alterar a natureza.

Enfim, como vivemos em uma sociedade altamente consumista, é necessário que haja educação e mobilização dos povos para que o consumo seja consciente; a busca de um ou vários modelos de desenvolvimento sustentável, adequados a cada região, a cada povo. O poder público, por sua vez, deve se aparelhar para coibir as condutas antijurídicas, cabendo ao Poder Judiciário proteger o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, de modo que todos tenham condições de viver condignamente, mas em um ambiente que observe a preservação eficaz dos recursos naturais.

***Desembargador**



O comércio ilícito de artes sacras em Minas Gerais

Marcos Paulo de Souza Miranda*

*Lembraí-vos dos altares,
destes anjos e santos,
com seus olhos audazes
nos mundos sobre-humanos.
Haverá sombra e umidade
em vossas pálpebras tristes,
com o céu preso numa grade.*

Cecília Meireles

Minas Gerais destaca-se no cenário nacional, entre outras razões, pelo patrimônio cultural que abriga nas antigas vilas do ouro, onde igrejas majestosas reúnem um acervo singular da produção artística do período barroco, quando as irmandades religiosas, sustentadas pelas riquezas fartas do solo, se rivalizavam para ostentar em seus templos as obras mais eruditas da talha, da escultura e da pintura.

Naquela época, imagens e altares esculpidos por Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), Francisco Xavier de Brito, Francisco Vieira Servas, José Coelho de Noronha; telas e forros pintados por Manoel Francisco Ataíde, José Soares de Araújo, Joaquim José da Natividade, João Nepomuceno Correia e Castro – apenas para citar alguns – eram encomendadas e incorporadas ao patrimônio da Igreja, então subsidiada financeiramente pela Coroa Portuguesa, à qual estava vinculada pelas regras do Padroado.

Em razão de integrarem o patrimônio de uma instituição que era subvencionada por recursos do governo e imune a tributos, as obras de arte incorporadas ao patrimônio religioso até o final do período monárquico, quando adveio a República e foi extinto o Padroado, estão submetidas a um peculiar regime jurídico, inserindo-se no conceito de “bens de mão morta”, cuja alienação é vedada pela legislação civil, constituindo, pois, coisas fora do comércio.

Assim, por sua natureza, independentemente de serem tombados como patrimônio cultural, tais bens estão colocados sob a especial tutela do Estado Brasileiro, nos termos do Decreto nº 119-A, de 1890; da Lei nº

4.845, de 1965, e do Decreto nº 7.107, de 2010.

Até a década de 1920 o acervo de artes sacras mineiras ficou relativamente à margem de subtrações motivadas pelo valor artístico das peças, pois a consciência sobre a relevância do nosso patrimônio cultural ainda estava por chegar, o que se deu, sobretudo, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, quando surgiu um movimento que buscava valorizar as produções artísticas genuinamente nacionais, sendo Aleijadinho escolhido como síntese da extraordinária capacidade criativa brasileira.

A partir de então, a aquisição de peças sacras, mormente as produzidas pelos grandes mestres no período colonial, começou a fazer parte dos interesses de colecionadores de todo o país, dando origem a um mercado negro abastecido por bens subtraídos sorrateiramente ou vendidos, de forma ilícita, por religiosos ou pessoas ligadas a irmandades, para antiquários estabelecidos principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Igrejas inteiras chegaram a ser demolidas, sob o falso pretexto de estarem ruindo ou de serem pequenas, apenas para que seus altares e esculturas pudessem ser vendidos em transações nebulosas e inconfessáveis.

Esse cenário de pilhagem se estendeu por décadas a fio, e poucas foram as iniciativas da polícia, da Igreja e dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural para fazer frente à ação dos larápios e simoníacos.

Em 02 de setembro de 1973, por exemplo, a Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto foi violada por ladrões que de lá arrancaram mais de uma de-





Nossa Senhora do Rosário - Padroeira do Distrito de Sumidouro - Pedro Leopoldo. Furtada no ano de 1981. Recuperada pelo Ministério Público em uma coleção particular de São Paulo no ano de 2013.

zena de belíssimas peças de ouro, prata e pedras preciosas que remontavam à celebração do Triunfo Eucarístico, ocorrida em 1733, considerada a mais espetacular demonstração de riqueza nas Américas no período colonial. O furto, na mesma proporção, é considerado como o maior desfalque ao patrimônio cultural sacro de Minas Gerais e ainda gera indignação pela omissão dos órgãos de segurança pública no esclarecimento dos fatos. O obscuro delito, cujo inquérito policial nunca foi concluído, envolve um influente antiquário húngaro que residia em São Paulo e, supostamente, o envio das peças para Lisboa. No ano de 1978, por motivos ainda não conhecidos, a censura chegou até mesmo a proibir a imprensa de fazer qualquer divulgação sobre o assunto.

Já na década de 1990 estatísticas oficiais apontavam que Minas Gerais havia perdido cerca de 60% de seu patrimônio cultural sacro.

No ano de 2003 a forte investida de uma quadrilha paulista sobre as igrejas mineiras, quando foram subtraídas dezenas de peças, gerou indignação social, forte repercussão na mídia e o início de um trabalho de repressão por parte da Polícia Federal e do Ministério Público. Naquele ano foi criado o Grupo Especial de Promotorias de Justiça das Cidades Históricas de Minas Gerais, sucedido em 2005 pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, que tem o combate ao comércio ilícito de arte sacra como um de seus objetivos.

A partir de então, ações do Ministério Público de Minas Gerais lograram recuperar mais de quatrocentas obras que estavam ilicitamente em poder de antiquários, colecionadores e marchands.

Mais recentemente, com o aprofundamento das investigações pelo parquet, várias peças vêm sendo identificadas no acervo de coleções particulares de grandes empresários ou mesmo de museus de outras unidades da federação, a exemplo da tela denominada “Verônica”, originária de uma igreja de Lavras, no Sul de Minas, mas que estava irregularmente no Museu de Arte do Estado de São Paulo.

A intervenção ministerial permitiu a devolução espontânea da peça a Minas Gerais, em ação pioneira no país.

Trata-se de um pequeno passo no enfrentamento a um crime que movimentava anualmente milhões de dólares e, no cenário internacional, fica atrás apenas do tráfico de armas e de drogas.

***Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais**



Educando com arte

*Projeto integrado de educação patrimonial e educação fundamental,
no Museu das Reduções, para alunos dos 5º e 6º anos.
Informações: (31)3553-5182 / museudasreducoes@gmail.com*

INDIC
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E
INTEGRAÇÃO CULTURAL

memoriacult.com

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas
em atualizações contstantes.

Curta nossa página

facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com